desenvolvimento infantil: psicomotricidade, alternativas pedagógicas. v. 3. Porto Alegre: Prodil, 1995.

A. Educação psicomotora: a lateralidade e a orientação espacial. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

v. 1. Brasília: MEC / SEF, 1998.

ROMERO, Eliane. Lateralidade e rendimento escolar. Revista Sprint, vol 6,1988.

VAYER, Pierre. Educação, Psicomotricidade e Retrocesso Mental, Ed.Científico-Médica.1969.

A criança diante do mundo. Porto Alegre: Artes médicas, 1986.

VARIANTE LINGUÍSTICA E SUAS IMPLICAÇÕES EM SALA DE AULA

SIMONE ROSA RODRIGUES AFONSO

RESUMO

No Brasil, os estudos sobre variação linguística têm se tornado objeto de intensas discussões e debates no âmbito escolar. Neste contexto, este artigo visa, através de uma discussão teórica, e uma revisão bibliográfica refletir e sensibilizar a postura do professor de língua materna que, até pouco tempo, tinha a visão de que a principal função da escola era corrigir o "português errado" de seus alunos em relação à norma culta da língua portuguesa, sobre o papel social da escola nesse contexto, como também; reconhecer atitudes de preconceitos linguísticos mais frequentes utilizados entre professor e alunos. A contribuição teórica pauta- se nos estudos de Bagno (1999), Stella Maris Bortoni (2009), Sozângela (2009) e Jan Edson (2011) entre outros. Nesse estudo constatamos que a língua é um bem inerente ao se ser humano e se apresenta nas atividades sociocomunicativas nas práticas sociais situadas de diferentes formas, daí as diversas variedades com suas funções de uso.

PALAVRAS - CHAVE: Variação linguística; Ensino de língua materna; Preconceito linguístico.

ABSTRACT

In Brazil, studies on linguistic variation have become the object of intense discussions and debates in the school environment. In this context, this article aims, through a theoretical discussion and a literature review, to reflect on and raise awareness of the position of the native language teacher who, until recently, had the view that the main function of the school was to correct the "wrong Portuguese" of his or her students in relation to the Portuguese standard, about the social role of the school in this context, as well as to recognize attitudes of linguistic prejudice most frequently used between teachers and students. The theoretical contribution is based on the studies of Bagno (1999), Stella Maris Bortoni (2009), Sozângela (2009) and Jan Edson (2011) among others. In this study we found that language is inherent to the human being and is presented in sociocommunicative activities in social practices

situated in different ways, hence the different varieties with their functions of use.

KEYWORDS: Linguistic variation; Mother tongue teaching; Linguistic prejudice.

INTRODUÇÃO

É inegável o fato de que a língua seja um fenômeno social, e desde a Grécia antiga, a linguagem vem sendo intensamente discutida, no que se refere à variação da língua, sem muito consenso entre os estudiosos. Já que esta não é homogênea, é inevitável que apareça inúmeras possibilidades capazes de proporcionar variação linguística de qualquer natureza.

Percebemos que nos últimos trinta anos, os Linguístas brasileiros vêm se empenhando em estudos e elaborando teorias para mostrar com mais fidelidade a nossa realidade linguística, se dedicando com mais interesse em descrever o português brasileiro, língua materna da qual quase todos deste país falam.

Grande parte dessas pesquisas sobre a língua falada deu origem a muitas dissertações, artigos, teses etc., cuja quantidade de material já divulgado, ainda é tímida, mas a publicação desses resultados já é o suficiente para inferir nas formas de se trabalhar a Língua Portuguesa na sala de aula.

Diante disso, no presente trabalho debateremos sobre a importância da sociolinguística quanto o trabalho com a oralidade na prática docente propondo algumas soluções cujo desafio requer mobilização do professor para uma nova construção de um projeto de ação voltado para os estudos linguísticos variáveis na escola. Em seguida discutiremos sobre o ensino de língua materna, bem como a variação é tratada no livro didático, uma vez que raramente fazemos reflexões sobre questões linguísticas e, quando o fazemos, é baseada na gramática normativa. As normas prescritivas devem ser tão valorizadas quanto o modo de falar de cada um, de cada comunidade e região. Há, pois, muitas formas de se refletir sobre o português brasileiro, é só usar nossa criatividade. Por fim discutiremos a competência comunicativa, afinal de contas todos nós a temos como língua materna, e somos muito competentes em língua portuguesa.

Dessa forma, esse rápido estudo vem para nos despertar e levar-nos a refletir sobre a repercussão dos estudos sociolinguísticos, e da relação desses estudos com a prática de ensino da língua. Desenvolvendo assim, em suas aulas metodologias que dê ao aluno a possibilidade de produzir textos orais de forma competente e discutindo a cerca do preconceito linguístico.

1. O TRABALHO COM A ORALIDADE NA PRÁTICA DOCENTE

Construir uma maneira adequada para se trabalhar variação linguística em sala de aula é de fundamental importância, mais importante que isso, é a prática dessa construção para que a língua possa alcançar seus objetivos diminuindo ou evitando o preconceito linguístico, desenvolvendo assim, no educando a competência comunicativa adequada aos mais diferentes contextos.

Nesse contexto, percebemos nos ambientes escolares um trabalho parecido com o que sugere os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), professores objetivando desenvolver e ampliar as capacidades de interação oral adquiridas pelo aluno em outros momentos escolares, esses trabalhos incluem objetivos como saber a forma e o momento adequado para falar e ouvir. Em contrapartida, o professor deixa de propiciar ao aluno condições amplas de participação no meio de vivência, ou seja, não deixa claro que a norma culta também é uma variante da língua, assim como a que ele usa no seu dia a dia. Para o linguista americano Dell Hymes, a sociolinguística descarta a ideia de língua homogênea, como propõe a teoria gerativa, e ressalta a Teoria da variação, devendo esta ser estudada no contexto social. Foi então que Hymes em 1966 propôs um novo conceito, o de competência comunicativa. Nessa concepção, o falante não inclui apenas regras para formar sentenças, e sim, de recursos comunicativos de diversas naturezas como: recursos gramaticais, vocabulário, normas culturais e sociais para definir a adequação e viabilizar a fala.

Segundo Bortoni-Ricardo (2009), a principal novidade na proposta de Dell Hymes, foi o fato de ter incluído a noção de adequação no âmbito da competência. Assim, mobilizando elementos culturais, o falante não só obtém sentenças bem formadas como também monitora sua fala adequando-a ao interlocutor. O trabalho com a oralidade busca situações mais estruturadas de uso da fala, como fazer um relato de experiência, fazer uma entrevista, apresentar um tema pesquisado. Nessas situações formais, o uso da fala requer o conhecimento das características próprias de cada gênero, o que se adquire a partir da vivência e do trabalho de um objetivo melhor direcionado por parte do professor nas aulas.

Em relação à oralidade e ao ensino de língua portuguesa, exige-se do docente uma mudança de comportamento, ou seja, que o docente não trate a norma culta com exclusividade e passe a trabalhar a língua como forma de interação, transmissão de informações e expressão de pensamentos, uma vez que, na maioria das vezes, esse tema passa despercebido nas atividades desempenhadas pelo professor em sala de aula. Baseado nisso, os PCN (1998) assegura que até os oito anos de idade, o indivíduo deva ser capaz de lidar com diversos tipos de textos e tomar sua palavra como verdadeiros cidadãos.

Para Bortoni (2009), a realização de uma regra linguística não padrão pelos alunos se deve por alguns padrões na conduta do professor. Dentre eles, destacam-se dois; primeiro é o fato de o professor não perceber o uso de regras não padrão. Nesse caso, isso acontece por dois motivos: ou o professor não está atento, ou o professor não identifica naquela regra uma "infração" por que ele próprio a tem em seu repertório. É, no entanto, "invisível" para ele; Segundo, é o professor perceber o uso de regras não padrão e não intervir para o não constrangimento do aluno.

Bortoni (2009) reitera que, no momento em que o aluno usa flagrantemente uma regra não padrão e o professor intervém, fornecendo a norma padrão, é que as duas variantes se justapõem em sala de aula. Diante disso, os professores, e principalmente os linguístas, vivem um dilema de como intervir nessa situação, e a res-

ponsabilidade maior se dá na forma pedagógica de abordagem a esse aluno. Aconselhamos, no entanto, não usar o falar do educando como um erro, como uma oportunidade para humilhá-lo. Ao contrário, é sabido por todos, o quanto os estudos na área da sociolinguística é importante para levar o aluno a refletir e conscientizá-los sobre essas diferenças.

Sobre as mais diferentes concepções da linguagem, "o mais importante é perceber que existe a possibilidade de se trilharem vários caminhos, e o professor deve estar atento para optar por aquele que seja mais pertinente e produtivo para as suas atividades em sala de aula" (SOZÂNGELA 2009, p. 13).

No entanto, cabe ao professor de língua portuguesa, questionar-se: por que ensinamos o que ensinamos e como ensinamos o que ensinamos? TRAVAGLIA (1996, apud MATTA, 2009, p.13) insiste em que não há bom ensino sem o conhecimento profundo do objeto de ensino (no nosso caso, da língua portuguesa) e dos elementos que dão forma ao que realizamos em sala de aula em função de muitas opções do que fazemos e do que não fazemos. Para Sozângela (2009) essas perguntas parecem muito evidentes para um professor, mas se pararmos para analisar sobre elas, veremos que as resposta não surgem tão facilmente. Ao respondermos aos questionamentos feitos acima teremos toda uma atitude que nos representa como professores de ensino da língua.

1.1. COMO A ESCOLA FICA NESSE CONTEXTO?

A escola é um espaço no qual desenvolvemos relações sociais cujo ambiente físico integra pessoas que assumem alguns papeis sociais, tidos com conjunto de obrigações e de direitos constituídos e estabelecidos no processo dessa integração humana.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2009, p. 23), "um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papeis sociais. Os papeis sociais são o conjunto de obrigações e de direitos definidos por normas socioculturais"

Para a sociolinguista acima citada, a Escola como qualquer outro meio social, encontra grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social em ascendência sobre seus alunos, está sujeita a regras mais rigorosas no se comportamento verbal e não verbal.

Sabendo disso, cada vez mais, os gêneros da oralidade são objetos de trabalho e pesquisa por parte de professores e coordenadores. A oralidade, assim como a escrita, é um fenômeno linguístico que pode e deve ser trabalhado na escola, uma vez que, a linguagem possibilita acesso a muitas situações sociais. A escola também deve se preocupar em apresentar a norma culta aos estudantes para que eles tenham mais uma variedade à sua disposição, a fim de empregá-la quando necessário for. No entanto isso não pode significar, em hipótese alguma, estigmatizar o estudante pelos traços que marcam sua fala. Algumas questões são inevitáveis e nos preocupam, uma vez que alguns professores não estão preparados adequadamente para trabalhar a variedade linguistica em sua sala de aula, situação que os deixam inseguros

sem saber se deve corrigir ou não, que erros corrigir, ou até mesmo se podem falar em erros.

Sobre essa questão do "erro",

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente

o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. E saber, portanto, quais variedades e registros da língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstancias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido." (PCN,1997, p. 34)

Quando se trata de língua materna, ficamos impossibilitados de nos referirmos à variação como um "erro", uma vez que a usamos na comunicação e para a comunicação.

Diante de uma tabuleta escrita COLÉGIO é provável que um pernambucano, lendo- a em voz alta, diga CÒlégio, que um carioca diga CUlégio, que um paulistano diga CÔlégio. E agora? Quem está certo? Ora, todos estão igualmente certos. O que acontece é que em toda língua do mundo existe um fenômeno chamado variação, isto é, nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico. (BAGNO, 1999, p. 52)

Como já dissemos a língua portuguesa não é homogênea, ou seja, não é falada do mesmo jeito por todos os brasileiros. Quando ouvimos uma pessoa falando, sabe se de que região é. O jeito particular de usar a língua atende às necessidades de comunicação do dia a dia. Portanto, não é melhor nem pior do que qualquer outro brasileiro. Como expressão da cultura, é natural que a língua varie de conforme a região e o grupo social.

O trabalho com a produção de textos não se dá apenas na modalidade escrita (redigir um bilhete, uma carta, uma narração, etc.). Já que na maior parte do tempo produzimos textos na modalidade oral. Porém esse tipo de trabalho deve ter, na escola, o mesmo privilégio que o trabalho com a escrita. Vale ressaltar, no entanto, que as atividades voltadas à oralidade não significam "corrigir" falas do aluno, mas deve ter como meta levá-lo a perceber que o uso dessa forma de linguagem depende da decorrência da situação concreta de uso podendo ser mais ou menos formal em função do contexto e do interlocutor. Para isso, é fundamental que se criem no ambiente escolar, situações em que o uso da linguagem se aproxime ao máximo possível de reais situações de uso.

O padrão de comportamento do professor em relação ao uso de regras não padrão pelos alunos depende basicamente do tipo do evento em que elas ocorrem. Como regra geral, observamos que quase nunca os professores intervêm para corrigir os alunos durante a realização de um evento de oralidade, que, como já vimos, são realizados sem exigência de monitoramento (BORTONI-RICARDO, 2009, p.38).

Para Leite (2011), para que percebamos a lacuna que existe entre a fala e a escrita, a sugestão é propor e orientar os alunos em uma pesquisa sobre o uso da língua cujo discente apresentará e analisará esse trabalho em sala de aula juntamente com os colegas, sem a intervenção formal do professor, e assim confrontar o uso que a sua comunidade faz, com as normas prescritivas da gramática normativa. Dessa forma há a possibilidade de o aluno entender a diversidade linguística a partir do momento que entende sua realidade.

Nesse aspecto pedagógico culturalmente sensível aos saberes do aluno, Bortoni- Ricardo (2009) nos coloca que diante da realização de uma atividade como essa descrita acima ou diante da correção uma regra não padrão pelo aluno, a estratégia do professor deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença.

Esse trabalho analisado em grupo ou pelo menos por dois interlocutores é de fundamental importância no cultivo desses saberes. Aos professores a mudança começa aí, naquele diálogo antes mesmo da aula começar, no qual a interação com o outro vem em primeiro lugar, e não como propõe Leite (2011), no "aquecimento" da aula, ao invés da pratica desmotivante do "abram seus livros...". São oportunidades de interação entre professor e aluno, alunos e alunos que dão a aula uma atmosfera mais propicia ao aprendizado

É importante frisar que, além da linguística defender o trabalho com a variação, a escola deve proporcionar vários saberes linguísticos aos seus educandos na ocasião apropriada, uma vez que a linguística mostra que cada variação tem sua importância de uso em situações comunicativas específicas, pois assim, consequentemente, estará respeitando culturalmente os alunos para que não sejam discriminados por sua particularidade no falar.

2. O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA E VARIEDADE LINGUÍSTICA

Nessa perspectiva, entendemos que se estuda português com o objetivo de conhecer e poder usar outras variedades de língua além daquela que aprendemos espontaneamente. Nossa variedade de língua falada pode ser suficiente para a comunicação imediata, mas é importante que saibamos compreender e usar a norma culta, porque ela é a base para a produção da maior parte dos textos pelos quais nos comunicamos, tanto escrita quanto falada. E, sem dúvida, é melhor poder escolher entre usar ou não a norma culta do que não ser capaz de usá-la por desconhecimento.

Para Bagno (1999) existe o mito de que para se falar e se escrever bem é preciso saber gramática. Por outro lado, há quem afirma o oposto, como citada na Gramática de Cipro e Infante, que afirmam "A Gramática é instrumento fundamental para o domínio do padrão culto da língua". Segundo o linguísta, a favor da gramática, também estão alguns pais de alunos que cobram da escola e dos professores, que tentam romper um pouco com o ensino conservador, uma postura tal como aprenderam quando estudaram, que para eles devem ensinar coisas "indispensáveis" como "analise sintática", "coletivo" e "antônimo". Essa declaração é um mito, pois, segundo (PERINI, 1996, p.50 apud BAGNO, 1999, p. 50), "não existe um grão de

evidência em favor disso; toda a evidência disponível é em contrário", se assim fosse todo gramático seria grandes escritores, e os bons escritores seriam especialistas em gramática.

Ora, não é a gramática normativa que "estabelece" a norma culta. A norma culta simplesmente existe como tal. A tarefa de uma gramática seria, isso sim, definir, identificar e localizar os falantes cultos, coletar a língua usada por eles e descrever essa língua de forma clara, objetiva e com critérios teóricos e metodológicos coerentes. (BAGNO, 1999, p.64)

O que observamos e percebemos, é que a Gramática Tradicional não deve ser tratada como algo "infalível" e "sagrado", contudo não deve também ser ignorada, pois o seu uso é de fundamental importância para aqueles que estudam a linguagem humana, como nos afirma Bagno em sua teoria:

"O que é preciso sim é deixar de ver a Gramática Tradicional como uma doutrina "sagrada" e "infalível" para que os estudos gramaticais possam voltar ao seu lugar de origem: o da investigação do fenômeno da linguagem, o da tentativa de compreender a relação entre a língua e o pensamento, o do exame das relações que as pessoas estabelecem entre si por meio da linguagem, etc. Em suma, empreende-se o estudo da gramática das línguas, de acordo com os conceitos modernos da ciência". (BAGNO, 2002, p. 22)

Vale ressaltar ainda, que, por outro lado, existe outra concepção de gramática, aquela que considera a língua como um leque de variedades que os falantes de determinada língua utilizam em diversas situações de interação comunicativa, cujos usuários, demonstram ter conhecimentos que os habilitam a produzir frases e sequências que os identificam como pertencentes a ela. Assim é a gramática internalizada.

Se os fatos linguísticos são por natureza variáveis, parece correto admitir que as regras que o falante implicitamente domina, e que o habilitam a usar de maneira regular sua variedade de língua e as variedades mais próximas, são também, variáveis, no sentido de que incluem os condicionamentos estruturais. Qualquer hipótese sobre o conhecimento linguístico dos falantes que não levasse em conta sua capacidade de adaptar-se às condições de fala aos condicionamentos estruturais, por mais complexa que seja não passa de uma simplificação grosseira e preconceituosa. Isso diz respeito a qualquer falante, inclusive, é evidente, aos falantes de grupos socieconomicamente desfavorecidos, que constituem hoje em dia a grande maioria dos alunos da escola pública (POSSENTI, 1996, p.77-78 apud MATTA, 2009, p. 119).

A escola como sendo um dos meios que possibilita aos alunos o acesso aos bens culturais de uma determinada sociedade deve procurar meios que parta da gramática do indivíduo para que ele possa expressar-se das mais variadas formas em diferentes contextos, cientes de que cada situação é marcada por exigências e/ou convenções que as caracterizam, inclusive com a norma culta da língua.

3. A ORALIDADE E O MATERIAL DIDÁTICO

É comum encontrarmos em livros

didáticos, exemplos de textos com falas de personagens, cuja atividade é transcrever essas falas para a modalidade culta da língua, desse modo, há um equívoco por parte do professor e do material produzido que deixa os alunos reféns de uma escrita escolarizada e impõe o que seria uma forma "correta" de falar. Quanto a isso:

Adoniran, junto com o personagem Chico Bento (de Maurício de Sousa), o compositor Luís Gonzaga e o poeta Patativa do Assaré, compõe o grupo das "vítimas" preferenciais do trabalho que se faz, em muitos materiais didáticos, com o fenômeno da variação. O grande problema é que existe ali uma tendência a tratar da variação linguística em geral como sinônimo de variedades regionais, rurais ou de pessoas não-escolarizadas. Parece estar por trás dessa tendência a suposição (falsa) de que os falantes urbanos e escolarizados usam a língua de um modo mais "correto", mais próximo do padrão, e que no uso que eles fazem não existe variação, o que não é verdade. (BAGNO, 161, ago, 2010)

As palavras de Bagno nos fazem refletir, o quanto a cultura brasileira é rica em termos de linguagem, principalmente em sua variação, e nas diferenças entre o que se fala na área urbana e o que é falado na área rural. Notamos nas palavras do linguísta que o problema não está nas publicações de obras desses autores, a falha está na insistência dos materiais didáticos em usar essas produções de modo inadequado como únicas formas das variedades linguísticas.

Para o autor acima citado, três elementos formam um circulo vicioso do preconceito linguístico na prática docente. Esses elementos são a gramática tradicional, os métodos tradicionais de ensino e os livros didáticos. Segundo ele a gramática tradicional inspira a prática do ensino, que provoca a indústria do livro didático, cujos autores recorrem à gramática como fonte de concepções e teorias sobre a língua, fechando assim o ciclo.

Por outro lado, ao que percebemos as devidas criticas ao preconceito gerado, tem mudado esse cenário no país. Para Bagno (1999) É inegável que o Ministério da Educação (MEC) tem feito seus esforços para uma reflexão menos dogmática e mais flexível à ética e à cidadania plena do indivíduo. Muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática.

Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, não são objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma correta de falar, o de que a fala de uma região é melhor da que a de outras, o de que a fala correta é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso consertar a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a fala que identifica o aluno a sua comunidade, como se esta fosse formada de incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde a nenhuma de suas variedades, por mais prestígio que uma delas possa ter (PCN, 1998, p. 31).

Escolher bem o material linguístico de acordo com os alunos e os objetivos a serem alcançados também é papel importante no exercício do professor de português. Enfim, o docente também deve trabalhar em sala de aula com a linguagem focada na interação, como expressão de pensamento a fim de transmitir informação.

4. COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Tem se discutido muito, o ensino de língua materna. Percebemos nesses estudos a necessidade de uma mudança que implica na formação do professor, principalmente o professor de língua portuguesa que deve estar em sintonia com a linguística desempenhando o seu papel social que é de ampliar a competência comunicativa do indivíduo como uma forma de promovê-los através de uma variedade textual mais ampla, dando ao aluno a oportunidade de se trabalhar com o todo da língua, nesse contexto, convém ao professor trabalhar o respeito ao dialeto, porém, possibilitando ao educando o acesso ao padrão culto mostrando quando deve adequá-las às situações de uso da língua. Para Jan Edson Rodrigues Leite (2011, p.54), competência "é o conhecimento e capacidade do falante para produzir e compreender frases adequadas ao contexto sociolinguístico."

Nesse contexto, e com outras palavras, Bortoni-Ricardo (2009) reafirma que a competência comunicativa de um falante que lhe permite saber o que falar e como falar com quaisquer interlocutores em quaisquer circunstâncias.

Percebemos, no entanto, que na condição de profissionais de ensino da língua, apenas ser conhecedor de processos de ensino aprendizagem não basta. Para Sozângela (2009), é necessária organização, explicitação clara e simples dos conteúdos que envolvem a oralidade, dessa organização aos alunos, quais são os objetivos pretendidos para que a aprendizagem possa ser bem sucedida.

A competência nesse caso se dá, quando o discente assume a própria palavra no discurso, dominando a língua para poder significar o meio social em que se situa ocupando assim, sua condição de cidadão.

Como falantes nativos de português, aprendemos a língua materna espontaneamente, ouvindo os adultos falarem. Vale ressaltar, que não há um único jeito de falar, a língua portuguesa apresenta muitas variantes. Há variantes regionais, própria de cada região do país, elas são perceptíveis na pronúncia, no vocabulário. Como destaca Rosa Virgínia Mattos e Silva ao pensar o ensino da língua materna:

Nos primeiros anos de ensino, a diversidade linguística, o plurilinguismo de certas comunidades, o pluridialetalismo de todas deveria ser respeitado, cultivado, não só para favorecer o desenvolvimento natural da expressão oral, como também para não criar bloqueios que se tornam no futuro intransponíveis, não só na comunicação escrita, como também na oral. O convívio com dialetos dominantes se faria também naturalmente, sobretudo através da leitura, quando fosse o momento, e pelo confronto contrastivo, sem avaliações de certo ou errado, mas no sentido de adequações/inadequação a determinadas situações novas (SILVA, 2004, p. 25).

Essas variantes podem ser também de origem social. As classes sociais menos escolarizadas usam uma variante da língua diferente da usada pelas classes sociais que têm mais escolarização. Por uma questão de prestígio (é importante ressaltar que a língua é uma questão de poder), cujas variedades se denominam norma culta a segunda e primeira norma popular.

Não obstante, é importante saber o seguinte: as duas variantes são eficientes como meios de comunicação. Como afirma Bagno (1999, p.51) "Todas elas têm o seu valor, são veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. Se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazê-lo de modo absoluto, fonte do preconceito." A classe dominante utiliza norma culta principalmente por ter maior acesso à escolaridade e o seu uso ser um sinal de prestígio. Dessa forma, é comum que se atribua um preconceito social em relação à norma popular usada por grande parte dos brasileiros.

Percebemos, ainda que o preconceito gerado entre as duas normas não é de natureza linguística, e sim social. Devido a isto, um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação quotidiana.

4. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através dos estudos feitos, percebemos que as discussões sobre linguagem acontecem há bastante tempo, principalmente no que se refere à variação, visto que o discurso dos linguistas apregoa não priorizar somente a norma culta.

Debatemos neste trabalho questões voltadas ao fenômeno da variação linguística com o intento de amenizar o preconceito linguístico. Os estudos nos mostraram o quanto o trabalho docente deve estar sensível ao saber cultural do aluno e de acordo com o papel social da escola. O ensino de língua materna também foi ponto discutido neste estudo, no qual concluímos que a gramática normativa da língua deverá estar à disposição do professor e não o contrário, diminuindo assim, a concepção que muitos ainda têm, do certo e do errado na oralidade daqueles que são o foco principal do processo ensino-aprendizagem. O aluno. Que, espontaneamente já é competente em língua portuguesa, pois entendemos, que o indivíduo através do professor consciente do seu papel, possa também se conscientizar das características da língua e se interessar mais por ela e suas variantes.

Além disso, o estudo aqui realizado, em relação à sociolinguística nos enriquece e nos faz perceber a importância de se estudar a variação linguistica. Não apresentamos soluções prontas, porém incita a buscar através das reflexões o trabalho com a oralidade em sala de aula, visando criticar e buscar melhorias sobre o quanto precisamos nos conscientizar do uso que fazemos das variedades linguísticas de nossa língua para que os nossos alunos possam fazer o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAGNO, M.: Português ou brasileiro: um convite a pesquisa. São Paulo: Parábola. 3 ed.2002.